



XII Colóquio Internacional "Educação e Contemporaneidade"



20 a 22 de Setembro de 2018 São Cristóvão/SE/Brasil

ISSN: 1982-3657 | PREFIXO DOI 10.29380

Recebido em: **03/06/2018**

Aprovado em: **04/06/2018**

Editor Respo.: **Veleida Anahi - Bernard Charlort**

Método de Avaliação: **Double Blind Review**

Doi: <http://dx.doi.org/10.29380/2018.12.13.08>

O QUE MUDA NA GESTÃO ESCOLAR APROXIMAÇÕES E DISTANCIAMENTOS NA PARTICIPAÇÃO EM ESCOLAS ALAGOANAS COM INDICAÇÃO E ELEIÇÃO DE GESTORES

EIXO: 13. CURRÍCULO ESCOLAR, GESTÃO, ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO

ISABELA MACENA DOS SANTOS, EDNA CRISTINA DO PRADO, LUCIENE AMARAL DA SILVA

Este artigo apresenta os resultados de uma pesquisa que teve como objetivo analisar diferenças e semelhanças presentes no cotidiano de gestores escolares com cargos providos por indicação político-partidária e por eleição direta da comunidade no que tange à participação. A metodologia utilizada foi a pesquisa qualitativa com utilização de observação, entrevistas semiestruturadas e de grupo focal com a equipe gestora de seis escolas municipais de Alagoas. O estudo está referenciado em Cruz Neto (2013; 2014), Padilha (2005), Lück (2005;2007;2000), Mendonça (2001), Paro (2003), Verçosa (2006) dentre outros estudiosos. Os dados analisados permitem afirmar que o cotidiano das escolas pesquisadas tanto nas com eleição como nas com indicação demonstram, em graus diferenciados, a necessidade de um maior fortalecimento dos mecanismos de gestão democrática.

Palavras-Chave: Participação. Gestão escolar. Eleição. Indicação.

O QUE MUDA NA GESTÃO ESCOLAR APROXIMAÇÕES E DISTANCIAMENTOS NA PARTICIPAÇÃO EM ESCOLAS ALAGOANAS COM INDICAÇÃO E ELEIÇÃO DE GESTORES

Resumo

Este artigo apresenta os resultados de uma pesquisa que teve como objetivo analisar diferenças e semelhanças presentes no cotidiano de gestores escolares com cargos providos por indicação político-partidária e por eleição direta da comunidade no que tange à participação. A metodologia utilizada foi a pesquisa qualitativa com utilização de observação, entrevistas semiestruturadas e de grupo focal com a equipe gestora de seis escolas municipais de Alagoas. O estudo está referenciado em Cruz Neto (2013; 2014), Padilha (2005), Lück (2005;2007;2000), Mendonça (2001), Paro (2003), Verçosa (2006) dentre outros estudiosos. Os dados analisados permitem afirmar que o cotidiano das escolas pesquisadas tanto nas com eleição como nas com indicação demonstram, em graus diferenciados, a necessidade de um maior fortalecimento dos mecanismos de gestão democrática.

Palavras-Chave: Participação. Gestão escolar. Eleição. Indicação.

WHAT CHANGES IN SCHOOL MANAGEMENT APPROACHES AND DISTANCES IN THE PARTICIPATION IN ALAGOAN SCHOOLS WITH INDICATION AND ELECTION OF MANAGERS

Abstract:

This article presents the results of a research that had as objective to analyze differences and similarities present in the daily routine of school managers with positions provided by party political indication and by direct election of the community with regard to participation. The methodology used was qualitative research using observation, semi-structured interviews and focus groups with the management team of six municipal schools in Alagoas. The study is referenced in Cruz Neto (2013, 2014), Padilha (2005), Lück (2005; 2007; 2000), Mendonça (2001), Paro (2003) and Verçosa (2006) among other scholars. The data analyzed allow us to affirm that the daily life of the schools surveyed, both in the elections and in the indicated ones, demonstrate, to varying degrees, the need for a stronger strengthening of democratic management mechanisms.

Keywords: Participation. School management. Election. Indication.

1 INTRODUÇÃO

Apesar da implantação da chamada gestão democrática, na forma da lei, na maioria das cidades ter início nos anos 90 do século XX, a gestão das escolas públicas municipais de Alagoas tem ainda forte

presença do patrimonialismo e do controle político institucional sobre seus dirigentes; quando, em pleno século XXI, deveriam caminhar para ampliação dos processos democráticos das relações escolares (CRUZ NETO, 2013; GOMES, 2012).

Tal afirmativa confirma a importância desse estudo que teve como objetivo geral analisar se há ou não diferenças significativas relativas à participação em escolas públicas municipais de Alagoas que realizam eleição de diretores quando comparadas às com indicação político-partidária. Assim, apresenta-se nesse artigo uma análise das formas de participação presentes em escolas em que o cargo de gestor é provido por indicação e em escolas em que é provido por eleição direta da comunidade.

Para tanto, adotou-se como opção teórico-metodológica a abordagem qualitativa, dando ênfase à revisão de literatura, observação, entrevista semiestruturada e grupo focal como instrumentos de coleta; para análise dos dados utilizou-se a Análise de Conteúdo de Bardin (2011).

2 A participação como elemento materializador da democracia

O tema da participação está sempre presente no cenário atual pelo fato de ter se tornado a materialização da democracia. Segundo Pateman (1992) o tema entrou no cenário devido as lutas e reivindicações, por parte dos estudantes, e por parte de grupos que reivindicavam direitos que já eram seus.

Refletir sobre a participação nos dias atuais requer uma análise dialógica com a temática. Participação neste estudo parte do conceito de Gramsci como representação da “vontade coletiva” da sociedade, bem diferente do conceito subjetivo de “vontade geral” abordado por Rousseau na obra Do Contrato Social.

Para Gramsci (2007) a vontade coletiva deve estar atrelada à consciência da realidade histórica, visto que, a ausência dessa consciência impede que o sujeito tenha condição de participar de alguma decisão torne o sujeito expectador e legitimador dos interesses particulares de um grupo sob a falsa representação da vontade de todos.

Participar requer conhecimento do processo e das possibilidades de efetivação da participação, como também, entender quais os interesses que estão vinculados à necessidade da presença da sociedade para participar.

De acordo com Bordenave (1983, p. 12), “a participação está na ordem do dia devido ao descontentamento geral com a marginalização do povo em assuntos que interessam a todos e que são decididos por poucos”. E o autor continua dizendo que a busca pela participação deriva da satisfação que a mesma oferece na busca da sociedade pela realização dos seus direitos e necessidades.

Nessa perspectiva, como criar uma nova cultura de participação, em que o sujeito tenha consciência das condições históricas do momento em que vivencia e que tenha possibilidades de participar e decidir de forma a prevalecer a vontade coletiva

Na escola, a participação entra com a proposta de garantir a presença da comunidade escolar cujo objetivo é reforçar a institucionalização da democracia e afastar as práticas de autoritarismo e de clientelismo presente em períodos em que a gestão da escola ainda não era democrática (LÜCK, 2005).

Participar é acima de tudo tomar parte. E tomar parte significa também conhecer, saber, implica ter consciência histórica da produção das condições necessárias a existência da participação. Um sujeito que não conhece encontra limites em sua participação pelo desconhecimento da realidade.

Para Bordenave (1983, p. 25) “uma sociedade participativa seria, então, aquela em que todos os cidadãos têm parte na produção, gerência, e usufruto dos bens da sociedade de maneira equitativa”. Sendo assim, apenas participar das decisões finais, não seria efetiva participação segundo o autor.

De acordo com Motta (1987), os estudos sobre a participação na gestão da escola tiveram início nos anos de 1960 e 1970 nos Estados Unidos e Europa. O autor afirma que a participação surgiu como forma de controlar o conflito, trazer o povo à participação era mantê-los passivos, que a força física não estava mais sendo eficaz.

Os regimes ditatoriais, que faziam o povo à força obedecer às suas regras, deram lugar a um modelo de gestão em que a sociedade pudesse participar da escolha desses governos através do voto. A democracia tornou-se uma construção individualizada (BOBBIO, 1986) de um grupo elitizado que foi direcionada a uma sociedade com o objetivo de gerar convivência pacífica em períodos pós-ditatoriais.

A participação é o pilar na forma de administração com base em princípios democráticos, presentes nas discussões desde 1968. Gutierrez e Catani (1998) afirmam que a introdução dos estudos sobre a participação nas instituições sociais significou nada menos que uma revisão dos pressupostos teóricos do taylorismo e a sua substituição, mesmo que muito lentamente, por valores contemporâneos, como flexibilidade, tolerância com as diferenças, relações mais igualitárias, justiça e cidadania.

Mesmo tendo sido usado pelos capitalistas e burocratas como forma de apaziguar simbolicamente conflitos, levando o sujeito a acreditar que agora estava sendo convocado a participar da elaboração e dos planejamentos das políticas públicas sociais, a participação é uma forma de educar os sujeitos, visto que “ao participar, os indivíduos estariam submetidos a um processo de aprendizagem por meio do qual se capacitariam para intervir nas questões que lhes fossem solicitadas” (SILVA, 2003, p. 19).

Sendo assim, para que haja democracia, a participação entra como elemento materializador do projeto democrático através da partilha de poder, pois, “participar não significa assumir um poder, mas participar de um poder [...]” (MOTTA, 2003, p. 370).

Para que haja participação o sujeito precisa ter conhecimento da realidade que surge com a experiência, saber como as coisas devem funcionar para poder opinar e habilidade política de como intervir. A forma como o sujeito participa das ações e decisão está relacionada com a forma de construção da cultura da participação ao longo da sua existência histórica.

O conceito de participação, aqui entendido, parte de uma abordagem coletiva e consciente das ações dos sujeitos. Segundo Lück (2005, p. 17), participação é o espaço em que a sociedade é “envolvida no estabelecimento de objetivos, na solução de problemas, na tomada de decisões [...]”.

A cultura da participação deve ser construída, exercitada e repassada por meio de ações do cotidiano que contemplem o exercício da democracia. A garantia da democracia através da participação popular deve ser construída em todos os espaços sociais. Paro (2003, p. 100) afirma que “[...] como todo processo de democracia, a participação e o envolvimento das pessoas como sujeito na condução das ações é apenas uma possibilidade, não uma garantia.”

Paro (2008) assevera que não existe um modelo pronto de participação, sendo assim, é necessário que cada sociedade construa seu modo de participar, com base na cultura que permeia as relações, em que participar é mais que executar é também a cima de tudo fazer parte da elaboração, do planejamento para que depois de executada cada ação possa ser avaliada por quem elaborou.

No âmbito escolar, para participar, a comunidade precisaria ter acesso a como os currículos são construídos e com qual objetivo, saber sobre o motivo da escolha de um determinado conteúdo e não outros. Deveria saber também, como chegam os recursos, de onde chegam e para que são

destinados, como também compreender os motivos pelos quais os recursos são enviados e de que forma são enviados e como são preestabelecidos seus destinos. Sendo o Conselho Escolar, órgão de representação da comunidade, convocado na maior parte das escolas para referendar decisões que foram previamente decididas. Então, qual o seu papel numa gestão democrática se grande parte das decisões foram previamente tomadas por quem designa os recursos

Quando a comunidade conhece o processo de funcionamento da escola e tem consciência do modo de produção das questões de interesses que existe no espaço escola, ela simplesmente não figurará na reunião sem condições para opinar, participar da elaboração dos planos de ação e sem condições de avaliar o processo, restringindo-se a mera execução das ações, quando é solicitada.

3 A PARTICIPAÇÃO EM ESCOLAS COM ELEIÇÃO E INDICAÇÃO DE GESTORES NOS MUNICÍPIOS ALAGOANOS

A coleta de dados ocorreu nos municípios de Arapiraca, Cajueiro, Delmiro Gouveia, Santana do Ipanema, Rio Largo e Traipu, os quais foram selecionados com base no critério de distribuição geográfica de acordo com a mesorregião à qual pertencem, ou seja, o Estado de Alagoas tem 3 (três) mesorregiões (Leste alagoano, Agreste alagoano e Sertão alagoano) de cada uma delas foram selecionados 2 (dois) municípios, um com eleição e outro com indicação do gestor em suas escolas públicas. Já para escolha das escolas adotou-se os critérios: a) escolas públicas municipais de Educação Básica do ensino fundamental dos anos iniciais ou finais; b) ter maior número de matrículas no município e c) ser da zona urbana.

Uma vez definidos os critérios de seleção dos municípios e escolas, recorreu-se aos dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2013), assim, fizeram parte do *corpus* as seguintes escolas: 1) Escola Sete Coqueiros (Cajueiro-AL); 2) Escola Guaxuma (Rio Largo-AL); 3) Escola Dunas do Marapé (Arapiraca-AL); 4) Escola Sereia (Delmiro Gouveia); 5) Escola Ponta do Mangue (Traipu-AL) e 6) Escola Sonho Verde (Santana do Ipanema-AL).

Das escolas citadas acima, as dos municípios de Arapiraca, Rio Largo e Santana do Ipanema têm eleição para gestor, enquanto nas escolas dos municípios de Cajueiro, Delmiro Gouveia e Traipu o gestor escolar é escolhido por indicação político-partidária. Os nomes das escolas pesquisadas foram substituídos, neste artigo, por nomes de praias alagoanas, salvaguardando suas identidades, de acordo com princípios éticos.

Para análise da categoria participação, destacou-se a visão dos participantes do grupo focal e dos diretores entrevistados sobre presença ou não dos mecanismos de gestão democrática. Os dados coletados mostram que tanto nas escolas com eleição quanto nas com indicação há a existência de PPP, Conselho Escolar e regimento.

No entanto, com as observações e análises das falas percebeu-se que das três escolas com eleição, em duas há conselhos escolares atuantes, enquanto nas com indicação todas as três escolas têm conselhos figurativos, com reuniões esporádicas. Para validar tal afirmação foram analisadas, primeiramente, as falas das escolas com indicação.

Percebe-se que nas escolas com indicação o PPP e o regimento não foram construídos coletivamente, os conselhos escolares são figurativos e não há grêmio estudantil. Da escola (Sete Coqueiros) a diretora deixou claro que tenta fazer o conselho atuante devido à exigência para receber os recursos federais, e ainda diz que divulga as informações dos recursos, no entanto só divulgar não é suficiente, é preciso a participação efetiva das pessoas. Até porque “a participação democrática pressupõe uma ação reguladora, fiscalizadora, avaliadora, além de decisória sobre os rumos da vida política e social das instituições (escolares) e da sociedade” (SOUZA, 2009). Durante a entrevista essa diretora ainda afirmou:

“Aqui na escola uns participam outros ficam calados, tem deles que nem opinam, mas quem cala consente, né Outros já dão opinião, mas a maioria fica calado”. (Diretora – Escola Sete Coqueiros)

A falta de participação no ambiente escolar foi justificada pela diretora com o ditado popular: “quem cala consente”; porém, os motivos como medo, indiferença com os assuntos escolares ou falta de cultura participativa pode estar levando a maioria a não opinar ou até mesmo está faltando abertura e incentivo da gestora para essa participação. O vigia da Escola Sete Coqueiros diz não participar das decisões escolares porque o cargo não lhe possibilita tomar decisão, apenas aceitá-las, isso revela o sentimento de inferioridade do vigia, o que o leva a manter-se em silêncio.

Na escola Ponta do Mangue, nota-se que o vigia também se sente inferior às demais pessoas da escola; dizendo que só pode participar se for convidado, e como não é convidado, para ele isso significa que as pessoas não têm consideração por ele. Este mesmo vigia alheio a tudo que acontece na escola confundiu o Conselho Escolar com tutelar e quando explicado isso para ele, afirmou:

“Há esse é o único conselho que conheço, esse Conselho Escolar nunca vi falar aqui não”. (Vigia Escola Ponta do Mangue)

Tal realidade é confirmada quando a diretora da Escola Ponta do Mangue afirma:

“O Conselho Escolar é mais por causa do caixa escolar, mas não é ativo” e ““Eu participo de todas as decisões. Eu que tomo as decisões nessa escola”. (Diretora- Escola Dunas do Marapé)

A gestora, de forma autoritária, revela que as decisões são tomadas apenas por ela. E tem orgulho em dizer que participa de todas as decisões, mesmo sendo só ela que participe. No entanto, Lück et al (2005, p. 22) destaca que “Quando a pessoa, em níveis hierárquicos mais baixos, dentro da organização, tem a chance de compartilhar com o poder dos seus superiores, as suas necessidades psicológicas são preenchidas, elas passam a participar mais como integrantes de uma equipe”. Na escola Sereia, o conselho também não é atuante, o próprio diretor faz essa afirmação e o grêmio estudantil foi desativado depois que a lei de gestão democrática foi retirada do município de Delmiro Gouveia.

Outro ponto interessante é que os participantes do grupo focal, quando perguntados sobre o conselho nas escolas com indicação, olhavam uns para os outros e pediam para coordenadora responder, indicando a falta de conhecimento ou o receio de responder. Assim, evidenciou-se que o Conselho Escolar nas escolas com indicação é pouco atuante, apenas há reunião quando chegam os recursos e para fazer nova eleição dos componentes. O conselho existe apenas para fins burocráticos e devido ao receio de perder os recursos federais.

O diretor e coordenador se caracterizam como “donos” desses conselhos, porque ninguém mais os conhece. Encontra-se com isso, nos trechos do quadro 10, uma contradição em relação ao que estabelece o Ministério da Educação e Cultura (MEC): “O conselho será a voz e o voto dos diferentes atores da escola, internos e externos, desde os diferentes pontos de vista, deliberando sobre a construção e a gestão de seu projeto político pedagógico”. (BRASIL, 2004, p. 37). O mesmo, de acordo com as falas, ocorre com o PPP e regimento: não há participação coletiva. A fala a seguir complementa as demais falas e reforça a afirmação:

“Sobre o PPP eu acho até estranho porque eu vim conhecer aqui, como ainda não há essa democracia nas escolas e a política centraliza as decisões, houve pouca divulgação, inclusive eu vim saber o que é o PPP agora, acho que a coordenadora fez com a diretora, seria bem melhor com nossa participação. Se eu não sabia, imagine os pais que muitos são leigos”. (Vigia - Escola Sete Coqueiros).

Nas escolas com indicação, notou-se um maior desconhecimento sobre o PPP, por parte dos pais de alunos, funcionários serviços e vigias. Contrário a isso, Padilha (2005, p. 101) defende:

A construção do Projeto Político Pedagógico da escola alicerçado na relação pedagógica que se estabelece desde a sala de aula, fundamentada na dialogicidade sensível, crítica, conflitiva, reflexiva, criativa, permanentemente política e transdisciplinar. Dessa forma, possibilitamos aos sujeitos do processo pedagógico espaços de convivência e de descoberta dos caminhos a serem trilhados, para que aprendam não só a conhecer, a fazer, a viver juntos e a ser [...].

Com relação à atuação dos mecanismos de gestão democrática nas escolas com eleição, nota-se em duas das escolas com eleição (Guaxuma e Dunas do Marapé), maior atuação do Conselho Escolar, a coordenadora pedagógica da escola Guaxuma detalha o período das reuniões, como são divulgadas e, ainda, afirma que para resolver as situações o conselho tem que ser atuante. Os demais participantes do grupo focal também confirmaram a fala da coordenadora, inclusive a fala da auxiliar de serviços gerais (presidente do conselho nessa escola), exposta no quadro acima, demonstrou um exemplo de uma conquista através da atuação do conselho. Na Escola Dunas do Marapé, que tem eleição, já estava sendo articulada uma nova votação para formação dos representantes do Conselho Escolar.

Já na Escola Sonho Verde de Santana do Ipanema, a diretora afirmou “Não sei como está o Conselho Escolar” e no grupo focal notou-se esse mesmo desconhecimento. Essa última fala merece destaque pelo fato da diretora não disponibilizar nenhuma informação sobre o conselho, justificando que não sabe nada sobre ele. Mas como assim Que “participação” é essa que ninguém conhece o Conselho Escolar Segundo Lück et al (2005), o conceito de gestão participativa envolve todos os interessados na escola e na melhoria do processo pedagógico, isso porque o próprio conceito de gestão já pressupõe o de participação, isto é, de pessoas em conjunto analisando e decidindo situações.

O município de Santana do Ipanema, mais distante da capital Maceió, foi o que demonstrou menos atuação do Conselho Escolar e dos demais mecanismos de gestão democrática, enquanto as escolas de Arapiraca (2ª maior cidade desenvolvida, depois de Maceió) e Rio Largo (das cidades da pesquisa é a mais próxima da capital de Alagoas) apresentaram uma maior atuação dos mecanismos de gestão democrática. Inclusive, nas escolas de Rio Largo e Arapiraca, os participantes citaram a atuação de estagiários da Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL). Esse contato maior com a universidade pode estar trazendo influências positivas.

Com relação ao PPP, nas escolas com eleição, os dados evidenciaram casos opostos. Na Escola Dunas do Marapé há PPP, mas está desatualizado e por meio do grupo focal e da entrevista com a diretora confirmou-se que os funcionários têm conhecimento sobre ele e apoiam a necessidade de atualização, principalmente porque houve eleição há um mês quando da coleta dos dados nessa escola; já na escola Guaxuma, o PPP está atualizado e no grupo focal notou-se que este foi elaborado coletivamente. Já na escola Sonho Verde, além de estar desatualizado não se perceberam perspectivas de atualização. Nas escolas com indicação, as falas das diretoras se contradizem com as afirmações no grupo focal. Na escola Sete Coqueiros, a gestora, provida por indicação, afirmou que todos os funcionários participaram da elaboração do PPP, todavia, a fala do vigia no grupo focal diverge dessa afirmação.

O grêmio estudantil mostrou indícios de atuação apenas em uma das escolas com eleição (Dunas do Marapé - Arapiraca), nas demais ainda não havia nem sido criado. As observações na escola levam a essa afirmação, porque se presenciou reunião com os representantes do grêmio, e até um sorteio no pátio da escola de uma rifa organizada em prol do grêmio estudantil.

Mesmo a criação do grêmio sendo algo recente, as falas do grupo focal e da diretora também confirmaram sua atuação. Durante a fala do professor da escola Dunas do Marapé, notou-se a atuação do professor conselheiro que se dá da seguinte maneira nessa escola: em cada sala de aula

os alunos escolhem um professor para representá-los, denominado professor conselheiro, só que há uma ação coletiva, ou seja, se os alunos tiverem alguma problemática para resolver na escola eles se reúnem com o professor conselheiro que dará dicas de como resolver a situação ou de como os alunos poderão levar tais reivindicações para a equipe gestora da escola.

Tal iniciativa mostrou-se interessante porque foi através dela que os alunos aprenderam a participar e hoje, a partir dessa iniciativa, formaram o grêmio estudantil. Segundo a coordenadora, a iniciativa do professor conselheiro partiu dela, ao ver a ideia em outra escola que trabalhava, sugeriu que fosse implementada na Escola Dunas do Marapé. Outra ação que se destacou durante as entrevistas foi a apresentação de um plano de gestão para poder candidatar-se a gestor escolar.

Das escolas com eleição, a de Rio Largo e Arapiraca já haviam apresentado esse plano como um dos critérios para se concorrer à eleição, inclusive a gestora de Dunas do Marapé, em Arapiraca, disponibilizou o seu plano para leitura e análise. Nesse plano havia a descrição de metas para serem alcançadas durante os próximos dois anos, entre elas: 1) Fortalecer a participação dos pais na escola e 2) Avançar ainda mais no IDEB. As diretoras das duas escolas (Dunas do Marapé e Guaxuma) afirmaram que para elaboração desse plano de gestão a comunidade escolar participou dando opiniões das melhorias que queriam para escola. A seguir as falas das diretoras, durante a entrevista explicam o que é esse plano de gestão:

“Para sermos diretoras nós apresentamos um plano de gestão na secretaria para ser aprovado, e uma das metas era a atualização do PPP de dois em dois anos. Antes da eleição a escola tinha PPP, mas era só pra se a secretaria pedisse alguma coisa, só para cumprir. Hoje ele representa a cara da escola, acabamos de atualizá-lo”. (Diretora-Escola Guaxuma)

“Apresentamos antes o plano de gestão na secretaria, começou com apresentação da nossa proposta, depois foram as perguntas do público orais ou escritas e as nossas respostas e, por fim, as nossas considerações; também para apresentar esse plano tinha que ter formação na área, inclusive os diretores que não tinham pós em gestão tiveram que começar a cursar, eu já estou cursando.”(Diretora- Escola Dunas do Marapé)

Os planos de gestão são boas iniciativas, se acompanhados pela comunidade escolar, no entanto, ao contrário, podem ser apenas promessas, assemelhando-se às promessas das eleições partidárias. “Diante da possibilidade de ocorrência, nas escolas, de campanhas eleitorais que tendem para polarização em termos político-partidários, parece que uma boa medida é a exigência de apresentação, por parte de cada candidato, de uma proposta de trabalho”. (PARO, 2003, p.79)

Percebe-se, assim, que com a ineficiência da eleição de diretores, estão sendo atrelados a ela a obrigatoriedade da apresentação de um plano de gestão e de critérios como: ter formação na área para concorrer ao cargo de gestor escolar. Nenhuma das escolas com indicação tem grêmio estudantil; sendo que um ponto interessante observado é que na escola Sereia (Delmiro Gouveia-AL) há uma sala do grêmio estudantil; isso porque no município já houve a implantação da gestão democrática, inclusive com eleição de diretores, mas com a mudança de prefeito, voltou-se à indicação como forma de provimento do cargo de gestor escolar e, conseqüentemente, o grêmio estudantil dessa escola foi desativado, ficando só os vestígios de um tempo em que a democracia tentou reinar.

Sobre a inclusão de planos de gestão para concorrer às eleições escolares, Mendonça (2001, p. 90) explica que:

Várias legislações, tendo em vista as avaliações decorrentes da implantação de processos eleitorais, introduziram mecanismos reguladores no sentido de diminuir a possibilidade de incidência desses e de outros problemas. Dentre os mais importantes destacam-se a tentativa de despersonalização do poder com

a exigência de apresentação de planos de gestão que são debatidos em assembleias de eleitores e o controle das campanhas eleitorais, com adoção de penalidades que chegam à impugnação da candidatura em casos mais graves.

Paro (2003, p. 123) afirma que já ao final de 1980 a 1990 observaram-se refluxos das eleições em alguns estados e isso é produto “da ação de governos pouco comprometidos com a democracia, que entram com Ações Diretas de Inconstitucionalidade contra as eleições; com a clara intenção de proteger seus interesses político-partidários identificados com práticas clientelistas”

Sendo assim, as comparações entre a gestão das escolas pesquisadas permitem inferir que: 1) A criação e atuação de grêmios estudantis não foram evidentes nas três escolas com eleição, mas apenas em uma; e nas com indicação simplesmente ele não existe, 2) Percebeu-se uma atuação do Conselho Escolar mesmo que ainda frágil em duas das escolas com eleição, já nas com indicação o conselho assume mais uma função burocrática, sem efetiva participação dos membros e 3) PPP e regimento tanto nas escolas com eleição como nas com indicação foram elaborados; no entanto, das três escolas com eleição, em uma percebe-se que houve participação da comunidade escolar na elaboração; enquanto nas escolas com indicação os participantes do grupo focal nem sabem explicar o que é PPP e regimento, e 4) A iniciativa dos planos de gestão para concorrer às eleições é uma boa ideia quando há a participação da comunidade escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo buscou apresentar uma análise do cotidiano da gestão de escolas públicas municipais alagoanas que escolhem o gestor escolar por meio de eleição direta e as que escolhem por meio de indicação político partidária enfocando o aspecto da participação da comunidade escolar.

Constatou-se que nas escolas pesquisadas, as com eleição apresentam mecanismos de gestão democrática como grêmios estudantis e Conselho Escolar que poderiam favorecer uma maior participação da comunidade, no entanto, ainda há dificuldades na prática desses mecanismos muitas vezes sendo apenas figurativos; já nas escolas com indicação não se percebem espaços de participação ou quando estes mecanismos foram implantados nas escolas, na prática não têm funcionado. Ambos os casos (com ou sem indicação político-partidária) demonstram a necessidade de um maior fortalecimento dos mecanismos de gestão democrática e que a eleição por si só não garante a efetivação de espaços de participação na escola.

Quanto à dificuldade de atuação dos mecanismos de gestão democrática nas escolas pesquisadas isso se deve, entre outros aspectos, ao contexto histórico do Brasil como afirma Mendonça (2001, p.84) “A educação brasileira experimentou uma democratização tardia. Criada e cevada para servir à elite [...] A cultura política autoritária predominou, intercalada por espasmos de democracia”.

Então, só insistindo no fortalecimento de mecanismos de gestão democrática na escola é que poderão se vislumbrar novos horizontes, (inclusive de romper com aceitação de que tudo é natural e nada pode ser mudado); principalmente no Estado de Alagoas que é fortemente marcado pelas oligarquias políticas e pela cultura da obediência.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Edições 70, 2011.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** – Lei nº. 9394/96.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Conselhos Escolares: Uma estratégia de gestão democrática da educação pública**, Brasília, 2004.

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia**: uma defesa das regras do jogo. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

BORDENAVE, Juan E. Dias. **O que é participação**. 6ª Ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

CALAÇA, Celina Ferreira (1993). **Eleição de diretor de escola e gestão democrática**: um estudo de caso. São Paulo. Dissertação de Mestrado. PUC-SP.

CASTRO, Marta Luz Sisson de et al. Eleição de diretores: a experiência do Estado do Rio Grande do Sul. **Revista Brasileira de Administração da Educação**, Brasília, ANPAE, v. 7, n. 1 e 2, p. 80-102, 1991.

CRUZ NETO, Tiago Leandro da. **Gestão Democrática da Educação**: uma discussão sobre planejamento educacional e participação coletiva em Alagoas (1999-2004). Maceió: EDUFAL, 2013.

_____. **As representações sociais sobre a participação democrática de gestores de escolas públicas em Alagoas** / Tiago Leandro da Cruz Neto. – Recife, 2014.

ESQUINSANI, Rosimar Serena Siqueira. Eleição de diretores e gestão da escola pública: reflexões sobre democracia e patrimonialismo. **Nuances: estudos sobre Educação**, Presidente Prudente, SP, v. 24, n. 2, p. 101-115/maio/ago. 2013.

GADOTTI, Moacir. **Escola Viva, escola projetada**. Campinas: Papirus, 1992.

GARSKE, L.M. TORRES, Artemis. Diretores de escola: o desacerto com a democracia. **Em Aberto**, Brasília, v. 17, n. 72, p.60-70, fev./jun. 2000.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Volume 3. Edição e Tradução: Carlos Nelson Coutinho. 3ª Ed. Editora: Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2007.

GUTIERREZ, Gustavo Luiz. CATANI, Afrânio Mendes. Participação e gestão escolar: conceitos e potencialidades. In: FERREIRA, Naura Syria Carapeto (Org.). **Gestão Democrática da Educação**: atuais tendências, novos desafios. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

LÜCK, Heloísa. **A escola participativa**: o trabalho do gestor escolar. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

_____. **Gestão Educacional**: uma questão paradigmática. (Série Cadernos de Gestão, v. I). 3ª Ed. São Paulo: Vozes, 2007.

_____. Perspectivas da Gestão escolar e implicações quanto à formação de seus gestores. **Em Aberto**. Brasília, v. 17, n. 72, p. 11-32, 2000.

MENDONÇA, Erasto Fortes. **A regra e o jogo**: democracia e patrimonialismo na educação brasileira. Campinas/SP: Unicamp/FE, 2000.

_____. E.F. Estado patrimonial e gestão democrática do ensino público no Brasil. **Educação & Sociedade**, ano XXII, nº 75, Agosto/2001.

NARDI, Elton Luiz, REBELATTO, Durlei Maria Bernardon, GAMBA, Ivan Carlos. Opções político-institucionais de sistemas municipais de ensino: para onde caminha a gestão democrática do ensino público? **Roteiro**, Joaçaba, v. 38, n. 1, p. 169-194, jan./jun. 2013.

PADILHA, Paulo Roberto. **Planejamento dialógico**: como construir o projeto político pedagógico da escola. São Paulo: Cortez, 2005.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da escola pública**. São Paulo: Ática, 2001.

_____. **Administração escolar:** Introdução crítica. São Paulo: Cortez, 1990.

_____. Eleição de diretores de escolas públicas: avanços e limites da prática. **Revista brasileira Estudos pedagógicos**, Brasília, v.77, n.186, p. 376-395, maio/ago. 1996.

_____. **Escritos sobre educação.** São Paulo: Xamã, 2003.

SOUZA, ngelo Ricardo de. Explorando e construindo um conceito de gestão escolar democrática. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, | v.25, n.03, p.123-140 ,dez. 2009.

VERÇOSA, Elcio Gusmão. **Cultura e Educação nas Alagoas:** História, Histórias. 4ª ed. Maceió: EDUFAL, 2006.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Edições 70, 2011.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** – Lei nº. 9394/96.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Conselhos Escolares: Uma estratégia de gestão democrática da educação pública**, Brasília, 2004.

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo**. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

BORDENAVE, Juan E. Dias. **O que é participação**. 6ª Ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

CALAÇA, Celina Ferreira (1993). **Eleição de diretor de escola e gestão democrática: um estudo de caso**. São Paulo. Dissertação de Mestrado. PUC-SP.

CASTRO, Marta Luz Sisson de et al. Eleição de diretores: a experiência do Estado do Rio Grande do Sul. **Revista Brasileira de Administração da Educação**, Brasília, ANPAE, v. 7, n. 1 e 2, p. 80-102, 1991.

CRUZ NETO, Tiago Leandro da. **Gestão Democrática da Educação: uma discussão sobre planejamento educacional e participação coletiva em Alagoas (1999-2004)**. Maceió: EDUFAL, 2013.

_____. **As representações sociais sobre a participação democrática de gestores de escolas públicas em Alagoas** / Tiago Leandro da Cruz Neto. – Recife, 2014.

ESQUINSANI, Rosimar Serena Siqueira. Eleição de diretores e gestão da escola pública: reflexões sobre democracia e patrimonialismo. **Nuances: estudos sobre Educação**, Presidente Prudente, SP, v. 24, n. 2, p. 101-115/maio/ago. 2013.

GADOTTI, Moacir. **Escola Viva, escola projetada**. Campinas: Papirus, 1992.

GARSKE, L.M. TORRES, Artemis. Diretores de escola: o desacerto com a democracia. **Em Aberto**, Brasília, v. 17, n. 72, p.60-70, fev./jun. 2000.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Volume 3. Edição e Tradução: Carlos Nelson Coutinho. 3ª Ed. Editora: Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2007.

GUTIERREZ, Gustavo Luiz. CATANI, Afrânio Mendes. Participação e gestão escolar: conceitos e potencialidades. In: FERREIRA, Naura Syria Carapeto (Org.). **Gestão Democrática da Educação: atuais tendências, novos desafios**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

LÜCK, Heloísa. **A escola participativa: o trabalho do gestor escolar**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

_____. **Gestão Educacional: uma questão paradigmática**. (Série Cadernos de Gestão, v. I). 3ª Ed. São Paulo: Vozes, 2007.

_____. Perspectivas da Gestão escolar e implicações quanto à formação de seus gestores. **Em Aberto**. Brasília, v. 17, n. 72, p. 11-32, 2000.

MENDONÇA, Erasto Fortes. **A regra e o jogo: democracia e patrimonialismo na educação brasileira**. Campinas/SP: Unicamp/FE, 2000.

_____. E.F. Estado patrimonial e gestão democrática do ensino público no Brasil. **Educação & Sociedade**, ano XXII, nº 75, Agosto/2001.

NARDI, Elton Luiz, REBELATTO, Durlei Maria Bernardon, GAMBA, Ivan Carlos. Opções político-institucionais de sistemas municipais de ensino: para onde caminha a gestão democrática do ensino público? **Roteiro**, Joaçaba, v. 38, n. 1, p. 169-194, jan./jun. 2013.

PADILHA, Paulo Roberto. **Planejamento dialógico**: como construir o projeto político pedagógico da escola. São Paulo: Cortez, 2005.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da escola pública**. São Paulo: Ática, 2001.

_____. **Administração escolar**: Introdução crítica. São Paulo: Cortez, 1990.

_____. Eleição de diretores de escolas públicas: avanços e limites da prática. **Revista brasileira Estudos pedagógicos**, Brasília, v.77, n.186, p. 376-395, maio/ago. 1996.

_____. **Escritos sobre educação**. São Paulo: Xamã, 2003.

SOUZA, ngelo Ricardo de. Explorando e construindo um conceito de gestão escolar democrática. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, | v.25, n.03, p.123-140, dez. 2009.

VERÇOSA, Elcio Gusmão. **Cultura e Educação nas Alagoas**: História, Histórias. 4ª ed. Maceió: EDUFAL, 2006.